

Conflitos hipotéticos na educação infantil: o que pensam as crianças?

Ieda Alves Lugli
Kelly Regina Conde
Luciano Cássio Lugli

Como citar: LUGLI, Ieda Alves; CONDE, Kelly Regina; LUGLI, Luciano Cássio. Conflitos hipotéticos na educação infantil: o que pensam as crianças?. In: BENETTI, Eduardo Silva; BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael; LEPRE, Rita Melissa; LOPES, Lígia Serrano (org.). **Práticas Morais na Escola: a Construção da Autonomia Moral.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 35-50.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-585-8.p35-50>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Conflitos hipotéticos na educação infantil: o que pensam as crianças?

Ieda Alves LUGLI¹

Kelly Regina CONDE²

Luciano Cássio LUGLI³

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos interpessoais são inerentes à vida humana e, apesar de serem considerados negativos por gerarem confrontos e frustrações, são favoráveis à aprendizagem de valores sociomoraes, uma vez que são essenciais para a melhoria da convivência no contexto escolar. Segundo Curbelo (2005, p. 42), “O conflito está presente no primeiro e no último ato de nossa vida, no nascer e no morrer, ao criar algo e ao mantê-lo. Os mais pessimistas diriam que estamos destinados a eles”. Nesse sentido, o conflito é natural e inevitável nas relações sociais, é uma situação problema, um desafio a ser enfrentado, refletido e solucionado pelos seres humanos. Para Delval (2006), as situações conflituosas são tão naturais quanto a força da gravidade.

¹ Mestra pela UNESP/IBILCE/PPGEPF; Doutoranda pela UNESP/FFC/PPGE (Professora PEB I – PMSJRP/SP Educação Infantil; ieda.alves@unesp.br)

² Mestra pela UNESP/IBILCE/PPGEPF (Coordenadora Pedagógica – PMSJRP/SP de Educação Infantil; kelly.conde@unesp.br)

³ Doutor pela USP/EESC; Doutorando pela UNESP/FC/PPGEDC (Pesquisador Senior – IIT Instituto Italiano di Tecnologia/Itália; lc.lugli@unesp.br)

É importante elucidar que o termo “conflito” vem do antigo latim: *conflictus*, tem o sentido de choque/confronto e está relacionado a forças contrárias para um embate e enfrentamento. Os conflitos interpessoais ocorrem em interações sociais de oposição, desacordo ou frustração e podem estar presentes tanto em situações individuais quanto coletivas e em diferentes contextos sociais (Vicentin, 2009). Além disso, estimulam a expressão de emoções e sentimentos que muitas vezes são desagradáveis, tendo como consequência reações violentas pela falta do desenvolvimento de estratégias assertivas de resolução, por parte dos envolvidos.

Partindo dessa perspectiva, na concepção construtivista existem dois tipos de conflitos, o primeiro chamado de intraindividual, que se manifesta no interior do sujeito, (envolvendo sentimentos opostos que dificultam a tomada de decisão) e o segundo, o interindividual, que transcorre de modo exterior ao sujeito (se refere aos desentendimentos entre as pessoas).

Devries e Zan (1998) apresentam exemplos bem elucidativos do que seria cada tipo de conflito na prática. No que diz respeito ao conflito interindividual, é possível constatá-lo em uma disputa por objetos entre crianças. Já o conflito intraindividual, seria análogo ao que acontece com uma criança que vê sua sombra refletida na parede. A princípio, ela acredita que ao passar por outra parede, conseguirá visualizá-la novamente, mas quando sua hipótese não é validada, isso faz com que a criança fique confusa, gerando assim, um conflito interno. Vale destacar que o conflito interindividual pode gerar um conflito intraindividual, abrangendo processos cognitivos e morais, como a elaboração de estratégias de negociação e a compreensão de como elas interferem nas relações interpessoais (Devries; Zan, 1998).

Para as pesquisadoras Vinha e Tognetta (2009), os conflitos interpessoais são considerados benéficos para o desenvolvimento humano. Por meio deles, os processos de autorregulação e equilíbrio são ativados e, a partir do momento em que as interações sociais se desequilibram, os sujeitos são convocados a refletirem sobre a reconstituição da reciprocidade.

De acordo com Leme (2004), situações conflitantes são capazes de mobilizar recursos cognitivos e afetivos, ou seja, envolvem a razão e a emoção. Com isso, muitos sujeitos, mesmo que apresentem um bom desenvol-

vimento cognitivo para a resolução de conflitos, nem sempre dispõem de habilidades afetivas, uma vez que as relações interpessoais são permeadas por sentimentos e ações.

Nesse sentido, os conflitos podem ser tanto construtivos como destrutivos para o desenvolvimento. São considerados destrutivos, quando suscitam a violência e permanecem sem solução, comprometendo o processo de desenvolvimento. Porém, passam a ser construtivos quando promovem o autoconhecimento e a compreensão da perspectiva do outro, de modo que os sujeitos constituam formas mais elaboradas para a resolução dos conflitos (Shantz; Hartup, 1992).

De acordo com Cerezo (2010), o conflito tem função socializadora, pois incorpora muitas intencionalidades e valores positivos, sendo o motor de mudança pessoal e social, estimula o interesse e a curiosidade, favorece o autoconhecimento e o conhecimento do outro, contribuindo para o estabelecimento de identidades pessoais e de grupo. Além disso, promove a aprendizagem de novas formas de resolução de problemas, possibilitando a construção de relações mais respeitadas.

Diante do exposto, depreende-se que os conflitos são essenciais para a construção da autonomia moral dos sujeitos, pois através deles é possível aprender sobre regras, valores e o reconhecimento dos sentimentos. Com isso, é indispensável que desde a primeira infância, as crianças aprendam a lidar com os conflitos, visto que eles fazem parte da gênese humana.

Assim, se faz necessário resgatar o que os documentos oficiais trazem a respeito da infância e das relações interpessoais no contexto escolar. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 2009) entendem a criança como

[...] um sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Tendo em vista que a criança aprende por meio das interações e brincadeiras, não se pode negar a importância das relações no processo de aprendizagem das crianças. À vista disso, a LDB (9394/96) em seu artigo 29.º destaca que a “Educação Infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996).

Em consonância, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afirma que “Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções” (Brasil, 2017).

Partindo desta perspectiva, o contexto escolar por ser considerado um ambiente socializador, favorece a ocorrência de conflitos em maior proporção, uma vez que é neste espaço que as crianças iniciam suas primeiras interações sociais, diferentemente do que estão habituadas no contexto familiar. É neste espaço que começam a aprender a coordenar diferentes pontos de vista e compreender a diversidade, sejam relacionadas a cultura, etnia e religião.

Segundo Tognetta e Lepre (2022, p. 39), “A escola é por excelência um espaço privilegiado de convivência com a diferença, condição necessária para que crianças e adolescentes possam se desconcentrar de si e, com isso, avançar em suas perspectivas éticas”. Contudo, para que a escola contribua com a formação ética das crianças, é preciso pensar na formação dos profissionais da educação e na construção de um currículo pautado na convivência. O trabalho com a convivência precisa ser estudado, planejado e refletido do mesmo modo que fazem com os conteúdos escolares.

Diante disso, a finalidade deste artigo é compartilhar uma prática sobre conflitos hipotéticos na Educação Infantil, desenvolvida por Lugli (2018) e que teve como participantes, crianças de 4-5 anos de escolas públicas do município de São José do Rio Preto/SP. Com o objetivo de compreender o que pensam as crianças a respeito de conflitos que se assemelham aos vivenciados por elas no contexto escolar.

2 PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO DOS CONFLITOS

Com base na concepção construtivista, é possível encontrar diferentes procedimentos para o trabalho com os conflitos e a convivência na escola.

Primeiramente, é preciso que o educador saiba como mediar e estabelecer uma comunicação assertiva e respeitosa com as crianças. Nesse sentido, é importante que se utilize uma “linguagem descritiva”, que é uma “Forma de comunicação que consiste em apresentar os fatos como são, isto é, como o próprio nome diz, descrever ações, fatos e sentimentos, sem emitir julgamentos” (Wrege *et al.*, 2014, p. 125). Este tipo de comunicação envolve cuidado e respeito e se a finalidade é construir relações mais respeitadas, as palavras proferidas pelo educador devem ser pensadas, pois o uso de ameaças e acusações provocam sentimentos negativos e reforçam a heteronomia.

De acordo com Vinha (2000), a opinião do adulto tem muita importância para a criança e interfere em seu autoconceito, pois muitas vezes tende a tomar para si a imagem que o adulto faz dela, por isso, é preciso ter prudência para não julgar a personalidade ou caráter do sujeito.

Vale destacar que a linguagem descritiva apresenta duas estratégias: a “Escuta Ativa” e a “Mensagem Eu”. Na primeira, é necessário que o professor escute atentamente o problema relatado pelas crianças. Após o término das explicações, o professor deve repetir de maneira resumida o que foi dito, de modo que fique compreensível. Posteriormente, é importante que as crianças sejam encorajadas a reconhecerem seus sentimentos e terem a oportunidade de nomeá-los. Neste momento, o educador deve agir com neutralidade, sem emitir julgamentos ou defender algum lado. Muitas vezes é necessário usar uma linguagem não verbal para validar as ações das crianças (abraçar, olhar nos olhos, balançar a cabeça ou sorrir), a fim de fomentar a reparação (Gordon, 1974).

Em continuidade, na segunda estratégia, “Mensagem Eu”, a situação de conflito refere-se ao adulto, ou seja, entre o adulto e a criança. Neste

caso, o adulto deve verbalizar o que sente de maneira adequada e sem ofensas ou até mesmo sem abuso de poder. De modo que o diálogo seja recíproco, pois tanto o adulto como a criança, podem relatar seus sentimentos, sejam eles: raiva, tristeza, alegria, entre outros.

Ao fazer uso desses procedimentos, o educador conseguirá articular, de forma assertiva, os diferentes pontos de vista, de modo que os envolvidos passem a resolver seus conflitos de maneira respeitosa e colaborativa.

Partindo dessa perspectiva, é importante salientar que os conflitos acontecem diariamente e é imprescindível que o educador faça a mediação com embasamento e não pelo senso comum, pois assim como os conteúdos acadêmicos exigem estudo, as questões morais também precisam de preparo e intencionalidade.

Dessa forma, o educador pode realizar propostas para construir, juntamente com as crianças, reflexões acerca dos conflitos. Por esse motivo, o uso de conflitos hipotéticos é uma excelente ferramenta para desenvolver nas crianças estruturas cognitivas e afetivas que auxiliarão na resolução de seus próprios conflitos.

De acordo com as autoras Sastre e Moreno (2002), os professores podem fazer uso de histórias e debater com as crianças a respeito das ações dos personagens, dos sentimentos que estão em jogo, bem como das relações interpessoais que fazem parte do enredo. A partir daí, as crianças são levadas a criar diferentes soluções para um mesmo conflito. Os recursos a serem utilizados podem ser diversos: um trecho de um filme, uma história, um conflito cotidiano adaptado, uma tirinha de gibi, fantoches, entre outros.

De maneira semelhante, temos o trabalho com os “Dilemas morais”, que são situações em que ocorrem o levantamento de diferentes perspectivas, direitos e reivindicações (Devries; Zan, 1998). Segundo Bataglia (2014), os dilemas morais colocam os sujeitos em conflito entre princípios ou ideais importantes e opostos. Esta metodologia ativa envolve a discussão de dilemas que colocam os participantes na posição de protagonistas e o professor é o mediador que garante que as regras, a liberdade de expressão e o respeito sejam mantidos. Este método faz uso de histórias semirreais

que possibilitam discussões. Primeiramente, o dilema é apresentado pelo mediador, em seguida os valores são clarificados e as indagações são levantadas da história. De modo geral, o ponto central é a reflexão do sujeito na tomada de decisão.

Em suma, é possível encontrar na literatura outros procedimentos que entendem os conflitos como oportunidade para o desenvolvimento da moralidade autônoma das crianças, mas neste artigo, o foco será voltado para os conflitos hipotéticos.

3 RELATO DE UMA PRÁTICA COM CONFLITOS HIPOTÉTICOS

A prática que será apresentada, fez parte da pesquisa realizada por Lugli (2018), que desenvolveu uma investigação acerca dos conflitos interpessoais na Educação Infantil, de modo a compreender quais os conflitos eram os mais recorrentes e quais as concepções das crianças e dos professores sobre os conflitos hipotéticos apresentados. Porém, o que será apresentado neste artigo, é apenas um recorte dos dados coletados pela pesquisadora.

O estudo transcorreu em duas escolas municipais da cidade de São José do Rio Preto/SP. Em cada escola, duas turmas participaram da pesquisa, totalizando 4 turmas (duas da 1.^a Etapa e duas da 2.^a etapa) com 40 crianças de quatro a cinco anos de idade.

A prática realizada foi por meio de entrevistas individuais, semelhantemente ao método clínico proposto por Jean Piaget (1994), que de maneira resumida, é um procedimento de investigação que busca compreender a estrutura do pensamento infantil.

Segundo Delval (2002), neste método o pesquisador permanece diante do sujeito a ser entrevistado, observa, estuda e interage com ele. Envolvendo assim, o sujeito em uma situação problema por meio de perguntas.

Para a realização das entrevistas foram elaboradas histórias conflituosas, com base nas observações dos conflitos mais recorrentes nas turmas: os de disputa por objetos, agressão física, provocação, entre outros.

Posteriormente, Lugli (2018) desenhou os personagens e considerou importante dar vida a eles, utilizando a técnica de *Stop motion*, que consiste em uma animação feita com o uso de uma máquina fotográfica ou câmera do celular e um computador.

A primeira história trata-se de um conflito de disputa por objeto, seguida de agressão física. Já a segunda refere-se a uma provocação, seguida de uma agressão verbal.

Vale destacar que as duas histórias apresentam versões femininas e masculinas, pois a pesquisadora considerou importante não ter nenhum tipo de interferência nas respostas por conta do gênero.

Na sequência será possível ler as histórias apresentadas às crianças na entrevista e ter acesso ao *link* para visualizar as versões animadas.

Figura 1 - História- Disputa por objeto e agressão física - Versão feminina⁴.



Fonte: Lugli (2018). Disponível em: <https://youtu.be/QFRir4agoEA>

Júlia estava brincando com seu ursinho de pelúcia. Logo, chega Mariana e o pede emprestado.

Júlia diz:

___ Não vou emprestar! Eu estou brincando!

⁴ Versão masculina disponível em: https://youtu.be/jY_8_UorDq0

Mariana fala:

— Ah, é!? Você vai me emprestar sim!

Mariana imediatamente dá um tapa em Júlia e toma o ursinho de suas mãos. Júlia começa a chorar...

A professora logo se aproxima e pergunta:

— O que está acontecendo por aqui?!

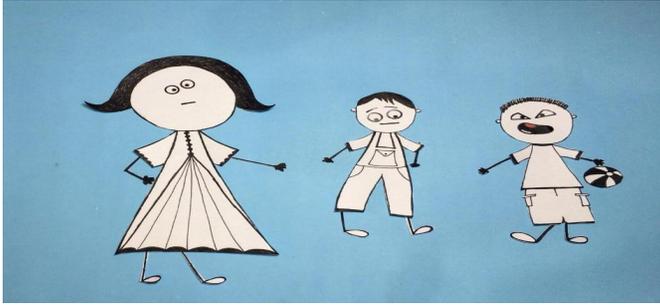
Mariana diz que Júlia não quis emprestar o ursinho e por isso resolveu tomá-lo. Júlia complementa dizendo que a colega lhe bateu. A professora decide que nenhuma das duas ficará com o ursinho e resolve guardá-lo.

Após a visualização da história, as crianças respondiam as perguntas abaixo:

Questões da entrevista - Disputa por objeto e Agressão física - (versão feminina):

1. O que aconteceu na história?
2. Como Júlia se sentiu quando Mariana lhe bateu?
3. Como Mariana se sentiu quando Júlia disse que não emprestaria o ursinho?
4. Quem está mais errada, Júlia que não quis emprestar o ursinho ou Mariana que bateu? Por quê?
5. Como elas poderiam ter resolvido?
6. Você acha que a professora fez o certo ao guardar o brinquedo? Por quê?
7. A professora poderia ter agido de outro modo?

Figura 2 - História- Provocação e Agressão verbal - Versão Masculina.



Fonte: Lugli (2018).

Disponível em: https://youtu.be/kCeQ_Jyu6Uw

Versão feminina disponível em: <https://youtu.be/f6Y67g7eeyU>

Carlos começou a cutucar os ombros de João.

João diz:

__ Pare de me cutucar, você está me irritando!

Carlos continua....

João grita:

__ Seu chato! Para de me cutucar, você não entendeu, seu burro?!

A professora logo se aproxima e pergunta:

__ O que está acontecendo aqui?!

João diz:

__ Ele não me deixa em paz, professora!

A professora diz:

__ E você acha que é xingando que se resolvem as coisas?

João tenta falar:

__ Mas professora, ele me cutucou...

A professora não deixa João terminar de falar e diz:

__ Chega! Os dois vão para a diretoria agora, pois estão atrapalhando a aula!

Questões da entrevista - Provocação e Agressão verbal - (versão masculina):

1. O que aconteceu na história?
2. Por que João xingou Carlos de chato e burro?
3. Como Carlos se sentiu quando João lhe xingou?
4. Como João se sentiu quando Carlos lhe cutucou?
5. Quem está mais errado, Carlos que cutucou ou João que xingou? Por quê?
6. Como eles poderiam ter resolvido?
7. Você acha que a professora fez o certo ao mandá-los para a diretoria? Por quê?
8. A professora poderia ter agido de outro modo?

As entrevistas foram realizadas na sala de informática e cada criança foi entrevistada individualmente. A sessão durava em torno de 10 minutos e cada criança assistia a uma história e, por esse motivo, metade das crianças assistiram à história de disputa por objeto e a outra metade à história de provocação.

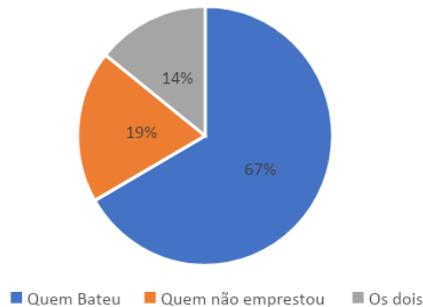
No momento das sessões, as crianças assistiram à animação pelo computador e foram convidadas a dizer o que entenderam. Quando era necessário, as crianças assistiam ao vídeo novamente.

Em seguida, a pesquisadora utilizava o roteiro de questões para guiar o bate-papo, que foi flexível para facilitar a comunicação com as crianças. Ao final, as entrevistas foram transcritas para que pudessem ser analisadas e, com isso, foi possível verificar o juízo das crianças sobre os conflitos hipotéticos.

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A partir das análises dos dados coletados nas entrevistas, foi possível identificar que as crianças consideravam sempre o sujeito que apresentava a conduta agressiva o mais culpado. Como no caso da história, em que uma criança bate na outra, pelo fato dela se negar a emprestar um brinquedo. Neste conflito, 67% das crianças consideraram que a pessoa mais errada da história foi a que bateu. No entanto, apesar de terem consciência de que um ato agressivo é algo errado, Selman e Schultz (1990) afirmam que as crianças pequenas utilizam estratégias físicas e impulsivas para resolverem seus conflitos, pois se encontram no nível inicial (0) de negociação interpessoal, no qual o sujeito apresenta ações egocêntricas e não percebe diferenciação entre outros pontos de vista.

Figura 3 – “Quem foi mais errado na história?” – História de Disputa por Objeto.



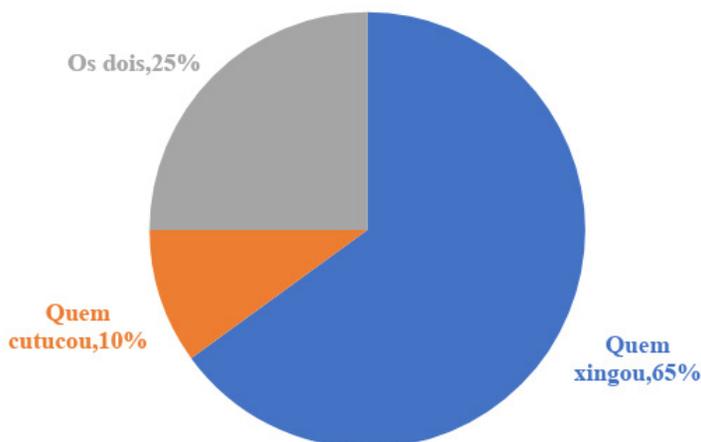
Fonte: Lugli (2018).

NA ENTREVISTA...

Rick - Ao ser questionado sobre como resolveria o conflito da história de disputa por objeto seguido de agressão física, nos disse: “Eu iria pedir por favor e conversaria com o amigo para dividir o brinquedo comigo!” Na pergunta sobre o personagem mais errado da história, respondeu: “O errado foi o que bateu, é feio bater!” (Lugli, 2018).

Já a segunda história que envolve a provocação, seguida de agressão verbal, 65% das crianças consideraram a criança que xingou a mais errada. Com isso, é possível constatar que para a maioria, a agressão verbal é considerada a mais errada, mesmo que a reação tenha surgido após uma provocação.

Figura 4 – “Quem foi mais errado na história?” – História de Provocação.



Fonte: Lugli (2018).

Na sequência, as crianças também foram questionadas sobre como resolveriam esses conflitos e a estratégia de resolução mais mencionada foi a dependente, que é a opção de chamar um adulto para resolver o conflito por eles. No entanto, um fato muito intrigante foi que as crianças não escolheram as estratégias: impulsiva e agressiva. Contudo, na prática, elas são as mais utilizadas por elas.

NA ENTREVISTA...

Pesquisadora:

— *Quem foi o mais errado na história?*

Mari:

— *A menina que xingou, porque é falta de educação xingar!*

Pesquisadora:

— *Como você resolveria este conflito?*

Mari:

— *Eu chamaria a professora!*

Pesquisadora:

— *O que a professora deveria fazer?*

Mari:

— *Chamar a diretoria! (Lugli, 2018).*

De modo geral, esses resultados validam os estudos de Piaget (1994) quando ele diz que as crianças têm a intenção de cumprir as regras que muitas vezes são estabelecidas, porém são externas a sua consciência e, por esse motivo, não conseguem modificar o seu comportamento por completo.

Para Piaget (1994, p. 23), “[...] toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Partindo deste pensamento de Piaget, o mais importante é compreender os motivos que levam uma pessoa a respeitar uma regra. Será que é por medo ou por realmente fazer sentido?

Enfim, nem sempre o juízo condiz com a ação, isto é, nem sempre o que pensamos, fazemos de fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da prática apresentada, é possível depreender o quanto é necessário trazer para o contexto escolar, reflexões acerca dos conflitos, bem como das relações interpessoais. Por meio das discussões morais é possível contribuir para o desenvolvimento do raciocínio moral das crianças.

A prática moral realizada é apenas o início de muitas outras práticas que podem ser desenvolvidas. A partir de uma prática individual, o professor pode desenvolver momentos de discussões em pequenos e grandes grupos. Nesse sentido, fazer uso de situações hipotéticas, possibilita às crianças desenvolverem o pensamento sobre suas ações e fomenta a previsibilidade de situações futuras. Tudo isso vai contribuir na tomada de decisão frente às mais diversas situações de conflito.

É importante salientar que apenas práticas pontuais não são suficientes para o desenvolvimento da moralidade infantil. É preciso que o trabalho com as questões morais faça parte do currículo da escola. Que sejam desenvolvidas diferentes propostas de maneira contínua, a fim de que as crianças aprendam a conviver de maneira mais harmoniosa e cooperativa.

REFERÊNCIAS

BATAGLIA, P. U. R. Esses adolescentes de hoje... podem e sabem discutir e vivenciar dilemas contemporâneos? As contribuições de Lawrence Kohlberg e Georg Lind. *In*: TOGNETTA, L. R. P.; VICENTIN, V. F. **Esses adolescentes de hoje...: o desafio de educar moralmente para que a convivência na escola seja um valor.** Americana: Adonis, 2014. p. 113-140.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 2 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil. Brasília: DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf. Acesso em: 3 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

CEREZO, E. M. H. **Estratégias de resolución de conflictos em preescolares.** 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2010. Disponível em: <https://docta.ucm.es/entities/publication/0ee5ed29-3ac0-45d1-9651-24d077d042df>. Acesso em: 25 mar. 2024.

CURBELO, N. Educação para a convivência e a democracia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

- DELVAL, J. **Introdução à prática do método clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- DELVAL, J. **Manifesto por uma escola cidadã**. Campinas: Papirus, 2006.
- DEVRIES, R.; ZAN, B. **A ética na educação infantil**: o ambiente sociomoral na escola. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- GORDON, T. **Teacher effectiveness training**. New York: Peter H. Wyden/Publisher, 1974.
- LEME, M. I. S. Resolução de conflitos interpessoais: interações entre cognição e afetividade na cultura. **Psicologia**: reflexão e crítica, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 367-380, mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/bXSgybrQjzXxHpNhQfYDGMs/?format=pdf&clang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- LUGLI, I. **Conflitos interpessoais na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Ensino e Processos Formativos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/fa17ae01-147d-4181-bba5-5b1f587c7d68/content>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- PIAGET, J. **O Juízo Moral na Criança**. São Paulo: Summus, 1994.
- SASTRE, G. V.; MORENO, M. **Resolução de conflitos e aprendizagem emocional**: gênero e transversalidade. Tradução Ana Venite Fuzato. São Paulo: Moderna, 2002.
- SELMAN, R. L.; SCHULTZ, L. H. **Making a friend in youth**. Developmental Theory and pair therapy. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- SHANTZ, C. U.; HARTUP, W. W. **Conflict in child and adolescent development**. Cambridge: University Press, 1992.
- TOGNETTA, L. R. P.; LEPRE, R. M. (org.). **O que é?** um currículo para a promoção da convivência e prevenção da violência. Americana: Adonis, 2022.
- VICENTIN, V. F. **Condições de vida e estilos de resolução de conflitos entre adolescentes**. 2009. 223 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-11122009-154111/publico/Tese_Vicentin.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.
- VINHA, T. P. **O educador e a moralidade infantil**: uma visão construtivista. Campinas: Mercado das Letras, 2000.
- VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem de valores. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, set./dez. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v09n28/v09n28a09.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- WREGGE, M. G. *et. al.* A linguagem do educador e a autonomia moral. **Revista eletrônica de psicologia e epistemologia genética**, Marília, v. 6, n. 2, p. 115-132, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme/article/view/4655f>. Acesso em: 23 mar. 2024.